



Poder Judiciário do Estado de Rondônia  
Gabinete da Presidência

---

Publicado no DJE n. 07 de 12/01/2022, p. 1-3. ([Link](#))

**ATO Nº 24/2022**

Revoga a Portaria Presidência n. 031/2020

Alterado pelo Ato n. 741/2022

Revogado pelo Ato n. 9/2024

~~Delega competências do Presidente do  
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia,  
Gestão do Biênio 2022/2023.~~

-

~~O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE  
RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e regimentais,~~

~~CONSIDERANDO a competência presidencial prevista no art. 136 e  
incisos, em especial o inciso IX, do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de  
Rondônia;~~

~~CONSIDERANDO a Gestão do Biênio de 2022/2023 do Tribunal de  
Justiça do Estado de Rondônia;~~

~~CONSIDERANDO a necessidade de descentralizar o nível de decisões,  
agilizar a aplicação das normas e o trâmite de processos no âmbito do Tribunal de Justiça  
do Estado de Rondônia;~~

~~CONSIDERANDO o Processo SEI n. 0016517-21.2021.8.22.8000;~~

-

**RESOLVE:**

-

~~Art. 1º Delegar ao(à) Juiz(a) Secretário(a) Geral a competência para a  
prática dos seguintes atos:~~

-

~~I - autorizar e assinar, em conjunto com o(a) Secretário(a) de Gestão de  
Pessoas, portarias relativas aos(as) servidores(as) e estagiários(as) do quadro de pessoal do  
Poder Judiciário, no que concerne a:~~

~~a) relotação;~~

~~b) nomeação de servidores(as) para cargos comissionados e funções  
gratificadas, nos casos de reposição em que não ensejam aumento de despesas;~~

~~e) concessão de autorização para afastamentos e licenças previstos no  
estatuto dos(as) servidores(as);~~



Poder Judiciário do Estado de Rondônia  
Gabinete da Presidência

---

~~d) lotação e cedência de servidores(as), previamente autorizadas pelo Presidente;~~

~~e) concessão de diárias, de passagens e de Indenização de Deslocamento Intermunicipal (IDI) para servidores(as), programadas no orçamento do TJRO;~~

~~f) deslocamento sem ônus;~~

~~g) remoção pelo Processo Seletivo Permanente de Remoção (PSPR);~~

~~h) concessão de suprimento de fundos e aprovação das respectivas prestações de contas;~~

~~i) designação e pagamento de substituição;~~

~~j) concessão e alteração de férias;~~

~~k) conversão de 1/3 de férias em abono pecuniário;~~

~~l) averbação de elogio;~~

~~m) concessão do Adicional de Incentivo;~~

~~n) concessão de Abono de Permanência;~~

~~o) concessão e pagamento de horas extras, previamente aprovadas;~~

~~p) homologação da averbação de tempo de serviço;~~

~~q) homologação de estágio probatório;~~

~~r) admissão e desligamento de estagiários;~~

~~s) concessão do Adicional de Qualificação Funcional (AQF);~~

~~t) validação do Cronograma da Folha de Pagamento.~~

~~-~~

~~II - dar posse aos(as) servidores(as) nomeados(as) para o quadro de pessoal, com exceção daqueles(as) nomeados(as) para gabinete de desembargador(a);~~

~~III - assinar nota de empenho em conjunto com o(a) Secretário(a) de Orçamento e Finanças;~~

~~IV - autorizar despesa devidamente programada no orçamento anual deste Poder;~~

~~V - assinar e cancelar atas de registro de preços, em conjunto com os respectivos(as) Secretários(as), no âmbito de suas competências;~~

~~VI - autorizar o fornecimento de materiais ou a realização de serviços previstos nos contratos de despesas programadas;~~

~~VII - autorizar e assinar o apostilamento de contrato, em conjunto com os(as) respectivos(a) Secretários(as), no âmbito de suas competências;~~

~~VIII - autorizar e assinar os aditivos e apostilamentos de alterações contratuais, tais como: acréscimo, supressão, reequilíbrio econômico financeiro, revisão,~~



Poder Judiciário do Estado de Rondônia  
Gabinete da Presidência

~~repactuação e reajuste, conforme o enquadramento legal, até o valor de R\$ 500.000,00;~~  
~~(nova redação dada pelo Ato n. 741/2022)~~

~~VIII – autorizar a prorrogação dos prazos previstos nos instrumentos contratuais, desde que solicitada antes do fim do prazo estabelecido, comprovado algum dos motivos previstos no § 1º do art. 57 da Lei n. 8.666/93 e não ocorra prejuízo ou transtorno na execução de metas, previamente estabelecidas pela Administração;~~

~~VIII – autorizar a prorrogação dos prazos de vigência e execução dos instrumentos contratuais;~~ ~~(nova redação dada pelo Ato n. 741/2022)~~

~~IX – autorizar a substituição qualitativa e/ou quantitativa de objeto contratual, atendido o procedimento de contratação, devendo o objeto ofertado em substituição possuir especificações técnicas em conformidade com o termo de referência, quando for o caso;~~

~~X – reconhecer despesas de exercícios anteriores;~~

~~X – reconhecer despesas, até o valor de R\$ 500.000,00;~~ ~~(nova redação dada pelo Ato n. 741/2022)~~

~~XI – autorizar o recebimento parcial de bens permanentes e de consumo, quando for o caso, bem como determinar a retenção dos valores referente a parcela não executada;~~

~~XII – conceder, suspender e revogar horário especial a servidor(a);~~

~~XIII – assinar ordem bancária em conjunto com o(a) Secretário(a) de Orçamento e Finanças, quando se tratar de Processos de:~~

~~a) arrecadação, restituição e devolução de custas;~~

~~b) pagamentos de Fornecedores com contratos de baixo valor, conforme incisos I e II do art. 24 da Lei Federal n. 8.666/1993 e incisos I e II do art. 75 da Lei n. 14.133/2021;~~

~~c) folhas de pagamento normais e suplementares de servidores(as), magistrados(as) e estagiários(as);~~

~~d) pagamento de diárias concedidas a servidores(as), magistrados(as) e colaboradores(as) eventuais;~~

~~e) pagamento de concessão de suprimento de fundos;~~

~~f) pagamentos de selos isentos, ressarcimento e renda mínima aos(as) delegatários(as) e interino(a);~~

~~g) pagamento de tributos municipais, estaduais e federais por meio de guias de recolhimento;~~



Poder Judiciário do Estado de Rondônia  
Gabinete da Presidência

---

~~h) transferências de valores da Caixa Econômica Federal para o Bradesco e Caixa Folha (Credenciamento), referente às folhas de servidores(as), magistrados(as) e estagiários(as);~~

~~h) transferências de valores da Caixa Econômica Federal para as Instituições Bancárias Credenciadas, referente às folhas de servidores(as), magistrados(as) e estagiários(as);~~ [\(nova redação dada pelo Ato n. 741/2022\)](#)

~~i) conversão em receita de valores depositados não identificados e rendimentos de aplicação;~~

~~-~~

~~XIV - assinar autorização de transmissão dos arquivos bancários em conjunto com o(a) Secretário(a) de Orçamento e Finanças, quando se tratar de processos das folhas de pagamento normais e suplementares de servidores(as), magistrados(as) e estagiários(as);~~

~~XV - celebrar e rescindir convênios;~~

~~XVI - celebrar e rescindir instrumentos contratuais;~~

~~XVII - homologar o resultado da licitação, nos casos em que não houver recurso administrativo;~~

~~XVII - proceder à homologação dos processos licitatórios, adjudicando o respectivo objeto, ou promover o cancelamento, a revogação ou a anulação do certame, com os registros no sistema eletrônico de licitação, se for o caso;~~ [\(nova redação dada pelo Ato n. 741/2022\)](#)

~~XVIII - autorizar contratações por dispensa e inexigibilidade de licitação, nas formas previstas nos incisos III e seguintes do art. 24 e no art. 25 da Lei n. 8.666/93, submetendo necessariamente o processo à ratificação do Presidente do TJRO nos casos previstos no art. 26 da referida Lei;~~

~~XIX - autorizar contratações por dispensa de licitação nas formas previstas nos incisos I e II do art. 24 da Lei n. 8.666/93 e incisos I e II do art. 75 da Lei n. 14.133/2021;~~

~~XX - autorizar procedimentos licitatórios contemplados no Plano Anual de Contratação do TJRO;~~

~~XX - aprovar o edital de credenciamento, de licitação e seus anexos e autorizar os respectivos procedimentos;~~ [\(nova redação dada pelo Ato n. 741/2022\)](#)

~~XXI - instaurar e arquivar procedimento apuratório de possível responsabilidade por falta cometida em procedimento licitatório ou descumprimento contratual;~~

~~XXII - aplicar multa e advertência aos licitantes ou contratados, conforme disposto no instrumento convocatório, contrato ou instrumento equivalente, Lei n. 8.666/93, Lei n. 10520/2002 e/ou 14.133/2021;~~



Poder Judiciário do Estado de Rondônia  
Gabinete da Presidência

---

~~XXII - aplicar as sanções previstas no instrumento convocatório, contrato ou documentos equivalentes e determinar a rescisão contratual, se for o caso, bem como a responsabilidade do(a) contratado(a) por danos decorrentes da execução ou inexecução da avença; (nova redação dada pelo Ato n. 741/2022)~~

~~XXIII - autorizar a utilização especial de bens de consumo e permanente a pedido de outros órgãos ou instituições, mediante cautela ou doação, observando o disposto na Instrução n. 020/2019-PR;~~

~~XXIV - autorizar baixa de bem permanente e determinar o ressarcimento nos casos de dano, perda, extravio, se for o caso;~~

~~XXV - homologar prestação de contas de diárias;~~

~~XXVI - assinar Alvará de Transferência de Valores dos depósitos judiciais sob a responsabilidade do Presidente do TJRO, para as contas do processo de origem, em conjunto com o(a) Secretário(a) de Orçamento e Finanças, excetuada a hipótese do Art. 1.058 do Código de Processo Civil;~~

~~XXVII - assinar ofícios que determinem transferência dos depósitos judiciais, eventualmente depositados em instituição financeira diversa da contratada pelo Tribunal, em conjunto com o(a) Secretário(a) de Orçamento e Finanças;~~

~~XXVIII - autorizar e assinar ato de ajustes de dotações no Quadro de Detalhamento da Despesa (QDD), das unidades orçamentárias do FUJU e do Tribunal de Justiça, para adequar o orçamento às necessidades da Administração, em nível de elemento de despesa, dentro do mesmo Programa, Ação Orçamentária, Categoria Econômica, Grupo de Natureza de Despesa e Modalidade de Aplicação, consoante a Lei Orçamentária Anual;~~

~~XXIX - autorizar e assinar ato de remanejamento de dotações orçamentárias dos Programas vinculados às unidades orçamentárias do FUJU e do Tribunal de Justiça, de uma mesma ação ou de uma ação para outra, de uma mesma categoria econômica e ainda de uma categoria econômica para outra, dentro da mesma fonte de recursos, até o limite de 20% da dotação das unidades orçamentárias do FUJU e do Tribunal de Justiça, de acordo com o disposto na Lei Orçamentária Anual;~~

~~XXIX-A - Autorizar e assinar ofícios para a instituição financeira contratada para fins de reclassificação de operação de contas judiciais sob a guarda da Justiça Estadual de Rondônia; (aereseentado pelo Ato n. 741/2022)~~

~~XXX - assinar atos de:~~

~~a) aprovação e alteração dos manuais de atribuições das unidades e outros manuais, cartilhas e guias de atividades;~~

~~b) alterações e atualizações do Manual de Análise, Descrição e Especificação de Cargos e Funções (Madee);~~

~~c) aprovação e alteração de fluxos de processos e rotinas e demais processos de trabalho das unidades;~~



Poder Judiciário do Estado de Rondônia  
Gabinete da Presidência

---

~~e) aprovação e alteração de fluxos de processos e rotinas e demais processos de trabalho das unidades, comitês e comissões; (nova redação dada pelo Ato n. 741/2022)~~

~~d) convalidação de migração de processos dos cartórios de unidades judiciárias para a Central de Processos Eletrônicos do 1º Grau que não ensejam em alteração da estrutura das unidades e do quadro de pessoal;~~

~~e) aprovação e atualização de planos de contratação, de capacitação, de gestão e de serviços e atividades das unidades subordinadas à Presidência;~~

~~f) aprovação do cronograma de Reuniões de Análise da Estratégia (RAE) e de Monitoramento do Plano Plurianual (PPA);~~

~~g) aprovação do cronograma de revisão do Plano Plurianual (PPA) 2020-2023, de cadastro de ideias, de cadastro e revisão de propostas de programas e ações orçamentárias, bem como da elaboração e da execução da Proposta Orçamentária para os exercícios de 2023 e 2024 do Poder Judiciário do Estado de Rondônia (PJRO);~~

~~h) designação e alteração de membros de comissões permanentes e grupos gestores(as) formados(as) somente por servidores(as) e que não ensejam em aumento de despesa de pessoal;~~

~~i) criação de grupos de trabalho e comissões não remunerados;~~

~~j) designação de gerentes de programas orçamentários, de projetos e responsáveis por lançamentos para solicitação de diárias;~~

~~k) homologação de credenciamento de profissionais no Cadastro Eletrônico de Auxiliares da Justiça (CEAJUS);~~

~~k) homologação de credenciamento de profissionais e edital do Cadastro Eletrônico de Auxiliares da Justiça (CEAJUS); (nova redação dada pelo Ato n. 741/2022)~~

~~l) alteração no calendário de feriados do PJRO. (acrescentado pelo Ato n. 741/2022)~~

~~XXXI — atualizar os valores da Indenização de Deslocamento Intermunicipal (IDI). (acrescentado pelo Ato n. 741/2022)~~

Art. 2º Delegar aos(às) Secretários(as) Gerentes de Programas para, nas ações e projetos de sua competência:

~~I — readequar nos controles internos, em nível de Subelemento de Despesa, a programação orçamentária das despesas, dentro do mesmo Programa, Ação, Categoria Econômica, Grupo de Natureza de Despesa, Modalidade de Aplicação, Elemento de Despesa e fonte de recursos;~~

~~II — instruir processo para empenho estimativo de diárias e de Indenização de Deslocamento Intermunicipal (IDI);~~



Poder Judiciário do Estado de Rondônia  
Gabinete da Presidência

~~Parágrafo único. O Gabinete de Governança (GGOV) promoverá as orientações necessárias para fins do cumprimento dos dispostos nos incisos I e II deste artigo, sem prejuízo do monitoramento pelo GGOV.~~

-

~~Art. 3º A gestão do Programa de Aprendizagem Organizacional, de competência da Escola da Magistratura do Estado de Rondônia, dar-se-á de acordo com o disposto no § 1º do art. 2º da Resolução n. 174/2020-TJRO, que dispõe sobre o Estatuto da Escola da Magistratura do Estado de Rondônia – EMERON.~~

~~§ 1º A Emeron, por ato do Diretor da Escola, poderá promover ajustes no Quadro de Detalhamento da Despesa (QDD) do Programa Aprendizagem Organizacional para adequar o orçamento às necessidades da Escola, em nível de elemento de despesa, de acordo com a disposição da Lei Orçamentária Anual.~~

~~§ 2º No curso da execução orçamentária, a Emeron poderá realizar remanejamento de dotações orçamentárias do Programa Aprendizagem Organizacional, de uma mesma ação ou de uma ação para outra, de uma mesma categoria economia e ainda de uma categoria econômica para outra, dentro da mesma fonte de recursos, até o limite de 20% da dotação do programa, de acordo com o a Lei Orçamentária Anual.~~

~~§ 3º O disposto no parágrafo § 1º do caput aplica-se também para a Ação Orçamentária 03.011.02.122.2062.2291 – Manter as Atividades Administrativas da Escola de Magistratura de Rondônia.~~

~~§ 4º As alterações promovidas serão registradas em processo específico de controle e gerenciamento do orçamento, no SIGEF, bem como em outro sistema de gestão administrativa instituído pelo Tribunal de Justiça~~

-

~~Art. 4º Delegar ao(a) Secretário(a) de Orçamento e Finanças a competência para a prática dos seguintes atos:~~

~~I – transmissão da Prestação de Contas Mensal das unidades deste Poder Judiciário ao TCE/RO;~~

~~II – atestar, assinar e homologar os dados relativos ao Relatório de Gestão Fiscal no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Brasileiro (Siconf) da Secretaria do Tesouro Nacional (STN);~~

~~III – delegar no sistema Siconf a Gestão de Cadastro e de Usuários à Divisão de Contabilidade (Dicont);~~

~~IV – transmissão da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF) das unidades deste PJRO à Receita Federal do Brasil (RFB);~~

~~V – transmissão da Declaração do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural das unidades deste PJRO à RFB;~~

~~VI – realizar consulta da Situação Fiscal das unidades deste PJRO junto à RFB;~~



Poder Judiciário do Estado de Rondônia  
Gabinete da Presidência

---

~~VII - realizar consulta da Situação Fiscal das unidades deste PJRO junto aos órgãos estaduais e municipais.~~

~~-~~

~~Art. 5º Delegar ao(a) Secretário(a) de Gestão de Pessoas a competência para a assinatura de termo de compromisso de estagiário.~~

~~Art. 5º-A - Delegar ao(a) Juiz(a) auxiliar da Presidência Gestor(a) de Precatórios a competência para a prática dos seguintes atos:~~

~~I - assinar os despachos que autorizam a inclusão de precatórios na ordem cronológica do ente devedor, de intimação para manifestação das partes na fase de pagamento e demais despachos de mero expediente;~~

~~II - realizar sequestro de valores por meio do Sistema SISBAJUD, quando houver decisão determinando;~~

~~III - autorizar e assinar, no que couber, os documentos necessários à operacionalização dos procedimentos internos definidos na Instrução n. 013/2018-PR, que trata da utilização dos depósitos Judiciais e administrativos por entes públicos para pagamento de seus débitos de precatórios; [\(art. acrescentado pelo Ato n. 741/2022\)](#)~~

~~Art. 6º Sempre que julgar necessário, o Presidente praticará os atos previstos neste Ato, sem prejuízo da validade da delegação.~~

~~-~~

~~Art. 7º Revogando-se a Portaria Presidência n. 031/2020-PR, publicada no DJE n. 07 de 10/01/2020.~~

~~-~~

~~Art. 8º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de janeiro de 2022.~~

~~-~~

~~Publique-se.~~

~~Registre-se.~~

~~Cumpra-se.~~





Poder Judiciário do Estado de Rondônia  
Gabinete da Presidência

---



Documento assinado eletronicamente por **MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA**, Presidente do **Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia**, em 11/01/2022, às 14:17 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no Portal SEI <https://www.tjro.jus.br/mn-sist-sei>, informando o código verificador **2544342** e o código CRC **34CBF043**.